

Entre a crítica e a produção: pensando interações entre jornalismo e audiência através do estudo da página Caneta Desmanipuladora*

Between criticism and production: thinking interactions between journalism and audience through the study of the Caneta Desmanipuladora page

Maria Cristina Guimarães Rosa do Amaral**

Resumo

Este trabalho se insere no panorama das novas formas de produzir e disseminar informação jornalística em uma sociedade midiaticizada. A pesquisa da qual o artigo faz parte tem por objetivo analisar a página do Facebook Caneta Desmanipuladora, que atua nesse imbricamento entre o ativismo online – na vigilância e crítica à imprensa – e o novo ecossistema jornalístico, cuja característica central encontra-se no peso do envolvimento do público. Para amparar nossa posição usamos principalmente os conceitos de midiaticização, *gatewatching* e também a ideia da nova arquitetura de participação, de caráter colaborativo.

Palavras-chave: jornalismo; ativismo; Caneta Desmanipuladora

Abstract

This work is part of the panorama of new ways of producing and disseminating journalistic information in a mediaticized society. The research, of which the article is part, aims to analyze the Facebook page Caneta Desmanipuladora, which acts in this interrelationship between online activism – in surveillance and criticism of the press – and the new journalistic ecosystem, whose central characteristic lies in the involvement of the public. To support our position we mainly use the concepts of mediaticization, *gatewatching* and also the idea of the new architecture of participation, of a collaborative nature.

Keywords: journalism, activism, Caneta Desmanipuladora

* Trabalho apresentado no GT 6 Comunicação, Tecnologia e Interação Social do XIV PosCom PUC-Rio, de 21 a 24 novembro de 2017.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, integrante do grupo de pesquisa Mídias, Redes e Jovens: usos e apropriações em contextos digitais, vinculado à Rede Brasil Conectado; e-mail cristina.gramaral@gmail.com.

1. Introdução

Críticas à imprensa não são novidade. A crítica acadêmica, ou a de jornalistas em blogs, fóruns e sites mais ou menos profissionais; também não. Mas foi a tecnologia digital, e principalmente a internet, que possibilitou divulgar amplamente essa crítica, dando visibilidade à atitude – até então pouco usual – de criticar a construção semântica de uma manchete e interferir produzindo um novo sentido. Tudo isso feito por pessoas “comuns”, ou seja, fora da esfera acadêmica e/ou profissional do jornalismo.

A Caneta Desmanipuladora¹ foi criada em maio de 2016, pela artista plástica Ana Karenina Rieehl (25) e o jornalista Rafael Caliari (26). Um dia, cansada de discutir em casa com a família sobre política, Ana resolveu pegar o jornal que chegava pela manhã e alterar a manchete (FIG. 1), deixando a versão “editada” para a família ler². Em seguida fez o que milhares de pessoas fazem, todos os dias, no mundo inteiro: enviou uma foto para um amigo. A foto ia com a legenda “Resolvi usar a caneta desmanipuladora”, e Caliari postou no seu perfil pessoal no Facebook. A manchete trazia a frase: “Temer vai propor flexibilizar jornada de trabalho e salários”. Na versão “desmanipulada”, o verbo “flexibilizar” foi riscado e substituído por “aumentar,” enquanto que a palavra “diminuir” foi acrescentada antes de “salários”. No subtítulo: “Reforma trabalhista daria mais força às negociações coletivas”, “reforma” virou “retrocesso” e “negociações coletivas” foi substituído por “empresas”. No alto da página, a chamada para o Segundo Caderno mostrava a apresentadora Marília Gabriela ao lado de um texto afirmando que ela teria recusado um cargo no governo pela falta de prestígio das mulheres no governo Temer. A palavra “prestígio” foi então riscada e substituída por “representatividade”.

FIG. 1 – Primeiro post da Caneta Desmanipuladora



Fonte: Página Caneta Desmanipuladora – Facebook

Segundo Anna Karenina, a repercussão foi enorme (432 curtidas e 239 compartilhamentos), e no mesmo dia a página foi criada. “A estética foi debatida rapidamente, a linha editorial acertada e o resto foi acontecendo”. Estava no ar uma página que se propõe a expor, nas redes sociais, notícias da mídia impressa ou online que teriam sido manipuladas para atenuar ou mascarar uma situação e reescrever, de forma supostamente isenta, as manchetes e textos, quase todos de caráter político. Nas informações sobre a página, apenas uma frase: “Traduzindo o midiês”. A aceitação imediata da página – só nos primeiros três meses foram quase 180 mil curtidas e milhares de compartilhamentos – criou desdobramentos: primeiro, um grupo de debates que sugere pautas, manchetes e alterações, chamado “Caneta Desmanipuladora – O Rascunho”. Além disso, em uma reação quase que imediata, surgiu também, na web, a página Caneta Desesquerdizadora, em franca oposição política à Caneta Desmanipuladora. Hoje, a Caneta Desmanipuladora tem aproximadamente 280 mil seguidores, e uma rápida busca na internet pode revelar a existência de outras páginas similares, como a Caneta Revisora, e a Caneta Desmanipuladora de Assis e Região.

Na pesquisa que estamos realizando procuramos estabelecer a significância da página Caneta Desmanipuladora nesse imbricamento entre o ativismo online – na vigilância e crítica à imprensa – e o novo ecossistema jornalístico, cuja característica central encontra-se no peso do envolvimento do cidadão (também conceituado por alguns autores como “audiência”), a quem o estudo da comunicação considerava, em uma concepção anterior, apenas como público consumidor.

Duas inquietações surgiram logo no início da pesquisa. A primeira dizia respeito à suposta manipulação da notícia, encontrada já no nome da página. Ela ocorre efetivamente? Se sim, como e quando ocorre? A segunda buscava uma moldura epistemológica mais concreta para o estudo e a conceituação da página: além da atuação clara como ativismo online, ela poderia ser classificada também de jornalismo cidadão? Colaborativo? Quais as fronteiras? É sobre essa segunda inquietação que versa esse artigo.

2. A midiatização estruturante

Para uma aproximação à problemática proposta, partimos de dois conceitos principais, “midiatização” e “*gatewatching*”, e sua interrelação. Fausto Neto caracteriza midiatização como “a inscrição de uma ordem tecnodiscursiva das lógicas e operações midiáticas permeando a estrutura social, suas diferentes práticas e interações”. Segundo ele, não se trata

mais da existência do campo midiático como um lugar protagonista, mas a expansão para toda a esfera da organização social de referências da cultura das mídias, como operações tecnossimbólicas. Ou, ainda: a “expansão de protocolos midiáticos para o tecido de práticas sociais” (NETO, 2010, p. 115).

O conceito de midiatização, nos estudos da comunicação, é relativamente novo. Até o início dos anos 2000, predominavam nesse campo as abordagens da análise textual, da economia política da produção e dos estudos de recepção ou audiências. Mas é possível citar três importantes fatores, além da própria internacionalização do campo da mídia e da comunicação, que convergiram para apontar a necessidade de um conceito mais amplo: a expansão das tecnologias comunicativas, a emergência dos estudos de mediação e o crescimento das abordagens de poder para além das instituições. (COULDRY e HEPP, 2013 *apud* FRANCO e LEÃO, 2016). A midiatização, ao mesmo tempo em que busca uma maior solidez epistemológica, lida com algumas críticas contundentes. Em *Mediatization: theorizing the interplay between media, culture and society* (HEPP, HJARVARD e LUNDBY, 2015), os próprios autores reconhecem que o conceito é usado por alguns pesquisadores de maneira muito casual, com poucas consequências para seus respectivos estudos empíricos. E que, em alguns contextos, pode parecer não passar de uma frase de efeito. Para eles, no entanto, isso decorre da omissão destes autores de efetivamente trabalhar com a moldura teórica oferecida por esse novo paradigma.

Às alegações de que o termo nada mais seria do que um “esticamento” das mediações culturais propostas por Martin-Barbero, entendemos que o próprio autor do clássico *Dos meios às mediações* revisita seu conceito de mediação cultural da comunicação e reconhece um novo momento, em que a comunicação atua como mediadora em todas as instâncias da sociedade.

Isso me leva a dar mais um passo, junto com a aparição massiva, em meados de 1990, do computador e do que veio rapidamente com ele. Inverto meu primeiro mapa e proponho as “mediações comunicativas da cultura”, que são: a “tecnicidade”; a “institucionalidade” crescente dos meios como instituições sociais e não apenas aparatos, instituições de peso econômico, político, cultural; a “socialidade” – como o laço social está se transformando para os jovens, como as relações entre pais e filhos, e entre casais, estão mudando (MARTIN-BARBERO, 2009, p.152).

Alguns autores divergem sobre o grau de influência da mídia na organização social. Moretzshon, por exemplo, considera o uso da noção de estruturante um exagero, em uma sociedade capitalista onde “o que estrutura a sociabilidade é o capital”, preferindo falar em

“relações ambientadas pela mídia” (MORETZSHON, 2013, p. 36). Acreditamos, no entanto, que dentre os diversos aspectos componentes do nosso cotidiano na contemporaneidade, um deles se mostra fundamental ao perpassar todos os outros: a midiaticização; a presença estruturante das tecnologias de comunicação em nossas vidas, mediando as interações simbólicas e ambientando o cotidiano e as relações sociais. Para Muniz Sodré (2002), as tecnologias representam uma “sintaxe universal”, que determina um novo ordenamento artificial do mundo. Daí o que ele chama de “bios mediatizado” para conceituar nossa sociedade, uma vez que as mídias transformam a maneira como o indivíduo está presente nela. Também Sodré faz questão de distinguir mediação de midiaticização. Segundo ele, toda e qualquer cultura implica mediações simbólicas, que são linguagem, trabalho, leis, artes etc. Já a midiatização, que ele chama de “telerrealização das relações humanas”, é

uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, (...) e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de tecnointeração – caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium (SODRÉ, 2002, p. 21).

Voltemos então ao conceito de midiaticização, como proposto por Hepp, Hajarvard e Lundby. Para eles, a midiaticização é “uma moldura teórica e conceitual” (*concept and theoretical framework*), e não pretendem pesquisar os efeitos lineares da comunicação em um ou outro fenômeno, mas, justamente, analisar as interrelações e influências entre as transformações na mídia e as transformações em várias instâncias da cultura e sociedade (HEPP, HJARVARD e LUNDBY, 2015, p. 320). Nem sempre a mídia vai ser a força motora dessas transformações. Alguns processos de mudanças serão apenas explicitados através da mídia. E, mesmo quando a mídia está no cerne desta mudança, ainda assim ela se confronta, e precisa interagir, com outras forças institucionais, culturais e sociais.

De uma forma ampla, a midiaticização pretende apreender a relação, em uma perspectiva de longo prazo, entre as mudanças na mídia e as mudanças socioculturais. Mas dentro da própria pesquisa de midiaticização nem tudo é consenso. Apesar do reconhecimento de defensores de uma determinada linha de pesquisa quanto à importância da abordagem da outra linha, chegando-se mesmo a falar em midiaticização como um grande conceito guarda-chuva, pode-se dividir os autores em duas correntes principais. Na primeira estão os que se ocupam de acompanhar os

padrões de transformação entre as várias instituições da sociedade. A chamada corrente institucionalista defende a mídia como instituição em si própria, capaz de estabelecer suas regras e moldar a elas diversos sistemas sociais. A segunda, socioconstrutivista, vê a midiatização como um processo de construção comunicativa da realidade sociocultural, parte de práticas comunicativas cotidianas. Essa segunda forma de abordar a midiatização nos parece mais apropriada para lidar com o objeto da pesquisa, e com as práticas cotidianas de interagir com informações jornalísticas e fazer uso de tecnologias da comunicação.

3. Gatewatching – A midiatização se encontra com o jornalismo

Como já apontou Fausto Neto (2010), é lógico esperar que os processos de midiatização ajam, ao mesmo tempo, sobre a própria organização do campo das mídias. Com efeito, no jornalismo, não é difícil enumerar os impactos produzidos por mudanças no âmbito das tecnologias e lógicas comunicacionais nas últimas décadas. Em 2012 o Tow Center for Digital Journalism da Columbia Journalism School divulgou um relatório de pesquisa sobre o jornalismo pós-industrial. Na sua introdução os autores argumentam que “a velha ordem” caiu por terra com a explosão de técnicas e ferramentas nos últimos 15 anos. Escrito de forma prescritiva, com a assumida intenção de limitar o alcance, a profundidade e a duração da “derrocada” (ANDERSON, BELL e SHIRKEY, 2013, p. 30) que o jornalismo norte-americano estaria sofrendo, o texto, “parte pesquisa e parte manifesto” (idem, ibidem), atribui essa derrocada às transformações em curso no ecossistema jornalístico. E sugere que novas possibilidades para o jornalismo exigem novas formas de organização, com ferramentas, técnicas e premissas nem sequer imagináveis dez anos antes. Apesar de tratar apenas da indústria jornalística estadunidense, um dos maiores méritos do texto está na apresentação de diversas iniciativas e experiências neste novo ecossistema jornalístico, tão distintas em forma, linguagem, estrutura e objetivos.

Não há como olhar para organizações distintas como *Texas Tribune*, SCOTUSblog e Front Porch Forum, ou mesmo plataformas como Facebook, YouTube e Storify, e notar qualquer coerência. Não há como olhar para novas experiências no jornalismo sem fins lucrativos, como o trabalho de Andy Carvin na National Public Radio (NPR) durante a Primavera Árabe, e acreditar que o jornalismo está seguro nas mãos de empresas voltadas ao lucro. E não há como olhar para experiências de financiamento coletivo de jornalismo pelo site de crowdfunding Kickstarter, ou para a cobertura de manifestações de protesto via celular, e acreditar que só profissionais e instituições da imprensa podem tornar a informação pública (ANDERSON, BELL e SHIRKEY, 2013, p. 32).

Tudo isso aponta para uma nova arquitetura de participação na construção do jornalismo, que já começa a ser estudada por diversos autores. Prado e Anjos destacam, por exemplo, o modelo do *crowdsourcing* dentre uma série de práticas que fomentam a inserção do público nas instâncias que circunscrevem a apuração. Os autores contam que o primeiro registro de uso do termo apareceu na revista especializada em tecnologia *Wired*, como um resultado das expressões *outsourcing* (terceirização) e *wisdom of crowd* (sabedoria da multidão). Definem *crowdsourcing* como a informação que vem de uma multidão, e “conta com a participação objetiva dos usuários que interagem objetivando cumprir tarefas, e no caso da apuração jornalística, encontrar fontes, de modo a aumentar a resolução semântica da notícia ou do acontecimento (FIDALGO, 2007, *apud* PRADO e ANJOS, 2016, p. 146).

É exatamente uma colaboração neste nível, com o público interagindo e cumprindo tarefas, que Bruns relata em seu artigo *Gatekeeping, gatwatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo* (BRUNS, 2011). O exemplo conta a iniciativa – bem-sucedida – do jornal inglês *The Guardian*, que, em junho de 2009, colocou online seu banco de dados com quase meio milhão de documentos relativos a solicitações de ressarcimento de despesas dos membros do Parlamento Britânico, convidando seus leitores a revisarem os documentos. Essa experiência coletiva de jornalismo investigativo e outros projetos semelhantes marcam, segundo o autor, uma nova fase do relacionamento – ainda cauteloso – entre jornalistas e suas audiências. Uma mudança que vem se delineando desde a década de 1990, ou mesmo antes, com iniciativas de jornalismo cidadão, colaborativo e outros. E instituem as práticas de *gatwatching*, substituindo – ou, ao menos, coexistindo com – o *gatekeeping*.

O conceito clássico de *gatekeeper* descreve uma necessidade prática da produção jornalística tradicional: é preciso selecionar, entre uma quantidade quase inesgotável de possibilidades, quais eventos virarão notícia, uma vez que não existe estrutura nem para apurar e produzir todas as notícias nem espaço para publicá-las. Ao jornalista (primeiro o repórter, depois o editor) cabe a tarefa de filtrar quais eventos passarão ou não pelos sucessivos portões (*gates*) até chegarem ao público. Mas, de fato, como apontou o estudo da Columbia Journalism School, a produção jornalística tradicional não é a única no ecossistema jornalístico hoje, e é possível arriscar-se a dizer que a maioria dos veículos jornalísticos,

mesmo os mais tradicionais nos grandes centros urbanos, impressos ou audiovisuais, já trabalham com alguma forma de colaboração maior com a audiência.

Bruns coloca dois aspectos como centrais para o desenvolvimento da prática do *gatematching*: a multiplicação contínua dos canais disponíveis para a publicação e divulgação de notícias, proporcionada pela internet, e o desenvolvimento de modelos colaborativos de participação, como por exemplo a plataforma das Despesas dos Membros do Parlamento desenvolvida pelo *The Guardian*. As lógicas da internet, onde o espaço para o armazenamento e circulação de informações é virtualmente inesgotável, e das redes sociais, trouxeram ainda à luz uma outra figura, ou fenômeno importante: a curadoria das notícias. Os atores nas redes sociais postam, compartilham e comentam desde notícias publicadas em veículos tradicionais, ou independentes, até dados publicados em relatórios científicos, discursos, relatos pessoais e todo tipo de informação, potencializando e dando outra feição à circulação da notícia. Nessa nova engenharia de tráfego, o *gatekeeping*, ainda exercido pelos veículos em sua dinâmica de produção, não dá, sozinho, conta do recado. É impossível controlar todos os portões, decidir tudo o que é divulgado ou não para o grande público. Ao mesmo tempo, torna-se fundamental acompanhar esse esforço de divulgação de fontes múltiplas para se destacar um número maior e, em teoria, com temas mais diversos, de notícias. A abordagem do *gatematching* foca então principalmente na divulgação, contextualização e curadoria de material existente, em vez do desenvolvimento de conteúdo jornalístico substancialmente novo (BRUNS, 2011).

Nesse contexto, a etapa da resposta (entendendo o processo jornalístico como percorrendo as etapas de entrada, ou apuração, produção e resposta), se tornou significativamente mais importante. E a resposta, hoje, não se limita às cartas para a redação, que, assim como tudo mais, passava por um *gatekeeper* que escolhia e respondia umas em detrimento de outras. A resposta, hoje, é ubíqua. Está em forma de comentários nas páginas dos veículos, nas fanpages dos veículos, está em forma de outras produções com visões alternativas, está em forma de comentários nas redes sociais, está em forma de uma manchete de jornal riscada e reescrita e compartilhada.

Mas, assim como apontou Bruns, esse novo relacionamento ainda é tentativo, e longe de significar consenso. Em um artigo de 2009, Raquel Recuero se utiliza do conceito de *gatematching*, mas é clara ao classificar a ação das redes sociais como complementares ao jornalismo, ao atuarem

como fontes, filtros ou espaço de reverberação (RECUERO, 2009). Elas teriam o poder de mobilizar pessoas, construir discussões e apontar diversidades de pontos de vista, e mesmo auxiliar na construção de pautas, expondo especialistas e fontes inusitadas, mas, por não terem o comprometimento social inerente ao jornalismo, não poderiam, segundo Recuero, ser consideradas como tal.

4. Contextualizando – Política e mercado, ativismo e alternativas

É preciso lembrar que a Caneta Desmanipuladora não é um fenômeno isolado no tempo e espaço; deve-se levar em consideração o momento em que a página surgiu. O início do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff³ acirrou uma enorme polarização política que já se ensaiava no país e reverberava, de forma amplificada, pelas redes sociais. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, assistia-se a um posicionamento editorial cada vez mais explícito – porém não explicitado – por parte dos órgãos tradicionais de comunicação. Claro que o acompanhamento crítico do trabalho da imprensa existe há muito tempo, tanto no âmbito acadêmico – seja em artigos publicados ou na sala de aula – quanto nos próprios meios de comunicação, como por exemplo o site – ainda no ar – e o programa “Observatório da Imprensa”, veiculado entre 1998 e 2007 pela TV Cultura, em São Paulo e pela TV Brasil, no Rio de Janeiro. A diferença é que a tecnologia digital e a rapidez da internet permitem que essa crítica seja produzida e divulgada, de forma contundente, por qualquer pessoa com acesso à tecnologia, e com um alcance considerável. Para se ter uma ideia, segundo o IVC – o Instituto Verificador de Circulação, a média de circulação de *O Globo*, segunda maior do país, era em 2017 de pouco mais de 118 mil exemplares nos dias de semana⁴. A página, que pretende se deter apenas nas manchetes do que eles classificam como “grande imprensa”, exercita, através da vigilância das notícias veiculadas em jornais e revistas, o ativismo político que se tornou marca nas redes sociais. Até por isso tem uma frequência de postagem instável, variando de acordo com o calor do quadro político no país e a disponibilidade dos administradores.

Um ano após seu início, foi possível perceber na página uma trajetória no sentido da busca por uma definição do seu papel e estrutura. Algumas iniciativas, como a postagem de vídeos, foram logo abandonadas. Outras, como o lançamento de um programa de apadrinhamento visando à sustentabilidade financeira do projeto, representavam uma profunda intervenção no perfil da página. É interessante notar que a tensão entre jornalismo e ativismo se apresenta já na

autoimagem dos fundadores da página. Rafael Caliar, em sua apresentação na página pessoal do Facebook, utiliza o termo “editor chefe da empresa Caneta Desmanipuladora”, usando uma classificação profissional caracteristicamente jornalística (ele mesmo, jornalista por profissão). Por outro lado, na data em que a página completava um ano, Ana Karenina Rieehl postou um comentário dizendo: “Há um ano eu sem querer criava um viral gigantesco e mudaria muitas coisas na minha vida. Inclusive me atribuiria uma nova função: midiativista”.

A questão identitária é, sem dúvida, outro aspecto crucial deste novo ecossistema onde jornalistas e público se ajudam, se confundem e se desafiam. Amadores e profissionais, antes separados pela chancela das organizações onde os últimos se abrigavam, dividem um espaço virtual formando uma tessitura ao mesmo tempo única e variada de divulgação de informações jornalísticas.

Entre meados de 2013 e finais de 2016 o Brasil viveu momentos de polarização política, manifestações nas ruas e nas redes sociais – e também do início de um contínuo enxugamento nas redações dos principais veículos de comunicação, fruto da crise econômica e das novas estruturas e práticas de convergência midiática nas principais organizações comunicacionais. Em um artigo recentemente apresentado, intitulado “Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia”, em que disponibiliza dados iniciais de uma pesquisa, Roseli Figaro aponta para o fato de que dos 73 arranjos pesquisados, 44 surgiram nesse período. A pesquisa se ancorou inicialmente em um Mapa do Jornalismo Independente construído pela Agência Pública, uma agência de jornalismo investigativo, ela mesma um dos arranjos estudados.

Em entrevista para os pesquisadores, Marina Dias, jornalista da Pública e uma das responsáveis pela pesquisa, afirma que o crescimento das iniciativas de mídia independente “explode em 2013, com as manifestações de rua no Brasil”. Essas iniciativas, segundo a entrevistada, sobrevivem financeiramente por meio de campanhas de *crowdfunding*, doações, assinaturas, projetos, venda de serviços diversos. Ainda segundo a entrevistada, a maioria das iniciativas não tem finalidade lucrativa (FIGARO, 2017, p. 12).

Trabalhando com as categorias de “independente” e “alternativo”, os dados iniciais da pesquisa mostram que, na visão dos jornalistas entrevistados, o termo “independente” está relacionado a partido, religião e grande empresa, enquanto que o termo “alternativo” está vinculado à ideia de contra-hegemonia. Talvez a maior surpresa tenha sido o fato de que, deste total, 36 não se identificam como jornalistas.

A esse respeito, Aguiar e Barsotti, após uma ampla revisão bibliográfica, propõem o termo *jornalismo amador* para definir “a prática jornalística dos atores sociais que não exercem a profissão de jornalista” (AGUIAR; BARSOTTI, 2014 p. 7), essa enorme quantidade de tipos de jornalismo produzido pelo público, com variados processos, rotinas, meios pelos quais se expressam e principalmente com diferentes motivações. De fato, multiplicam-se termos como jornalismo cidadão, *open source*, participativo ou colaborativo; segundo os autores, muitas vezes usados de forma imprecisa ou contraditória.

Considerações finais

Ao longo deste artigo procuramos apresentar argumentos que, a nosso ver, justificam o posicionamento da página do Facebook Caneta Desmanipuladora em um imbricamento entre o ativismo digital e o novo ecossistema jornalístico que se apresenta. Partindo de um pressuposto de que as características relacionadas à prática do ativismo na vigilância e crítica à imprensa são inerentes ao projeto e à criação da página, apesar de encontrarmos ainda um amplo espaço para discussões conceituais sobre o ciberativismo, preferimos abordar a sua inserção no ambiente do jornalismo. Para isso, consideramos principalmente os conceitos – ainda jovens – de midiatização e *gatewatching*.

Com efeito, se pensarmos o jornalismo como era feito há algumas décadas, a página não cabe no contexto. Mas não é essa a realidade atual. A midiatização vem transformando o mundo, e a atividade do jornalismo. Nesse novo cenário, em que a mídia dita tradicional convive com iniciativas conceituadas como independentes, cidadãs, amadoras, empreendedoras, alternativas e outras, o mais revolucionário não é o surgimento de veículos alternativos, mas a nova arquitetura de participação do público, *fazendo parte desse novo ecossistema jornalístico*.

Aqui tomamos emprestado de Prado e Anjos (2016, p. 5) a definição de arquitetura de participação como “a organização dos fluxos, espaços ou campos por onde o usuário deverá participar ou colaborar, no sentido de fornecer informações relevantes para *a construção do relato jornalístico*” (grifo nosso). De forma mais ou menos arrojada, a imprensa tradicional vem abrindo brechas para a colaboração do público especialmente nas fases de apuração e produção de notícias, mas sempre, de alguma forma, controlada. Essas colaborações vão desde os velhos telefonemas de ouvintes às rádios para relatar condições de trânsito até participações em

plataformas digitais sofisticadas, criadas especialmente para a ocasião, como fez o jornal *The Guardian*. Mas o conceito de *gatewatching* nos mostra que o controle das informações nas redes hoje é impossível, cabendo ao jornalista acompanhar esse fluxo filtrando e aproveitando o que tiver de melhor. Ocorre que o jornalismo tem uma outra etapa, a da distribuição da notícia. E essa, hoje, já não está mais apenas nas mãos da empresa que a produz.

Por outro lado, a participação da audiência como fundamental no processo jornalístico também há muito vem sendo enfatizada. Para Shoemaker *et al*, este poder da audiência para avaliar a popularidade dos itens de notícias tem estimulado um novo modelo, a que ela chama de *audience gatekeeping*, em que a audiência troca informações entre si e junto aos veículos, a respeito das notícias, “de modo a influenciar as decisões subsequentes das fontes e dos jornalista” (2010, p. 65). Reações a determinadas formas de cobertura de fatos jornalísticos (ou ausência dela) podem gerar respostas diversas dos órgãos atingidos, até na forma de novas reportagens, de um novo relato jornalístico – *ainda sob controle do veículo*.

A significância da Caneta Desmanipuladora, a nosso ver, vem a reboque desta força da audiência, porém não só como resposta ou influência. Inaugura uma nova prática que se insere na arquitetura de participação do ecossistema jornalístico, quando oferece e contribui para a *construção de um novo relato jornalístico* ao apresentar uma alternativa de sentido ao texto inicialmente publicado, na reedição das manchetes. E, aqui, não vem ao caso se a notícia teria sido “manipulada” ou não. É o retorno da audiência, não como uma pressão que leve o veículo a se retratar, se defender ou produzir novas peças. Dessa vez a audiência participa/elabora, de forma independente, a própria (re)construção da notícia apurada e produzida por aquele veículo, trabalhando o texto de forma eminentemente jornalística. O novo relato circula então ainda sob o logo do veículo que a publicou inicialmente, porém fora do controle dos jornalistas.

Como apontado ao longo do texto, a página Caneta Desmanipuladora foi criada como um desabafo da autora. E transformou-se em algo mais. Um dos objetivos da pesquisa parcialmente abordada neste artigo é contribuir para os estudos das transformações sofridas pelo jornalismo nas últimas décadas, e para as tentativas de mapear as novas práticas e processos da profissão, principalmente no que tange às possibilidades/necessidades de adaptação às novas tecnologias de comunicação.

Notas

¹ <<https://www.facebook.com/search/top/?q=caneta%20desmanipuladora>>. Acesso em: 4/7/2018.

² Relato feito em entrevista concedida por e-mail à autora em 19/8/2016.

³ O processo iniciou-se formalmente em dezembro de 2015, com o aceite pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, da denúncia de crime de responsabilidade.

⁴ Infoglobo <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>. Acesso em: 4/7/2018.

Referências

AGUIAR, L, BARSOTTI, A. Jornalismo amador: proposta para definir as práticas jornalísticas exercidas pelo público em ambientes interativos. *Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p. 43-58, jan-jul, 2014.

ANDERSON, C.W., BELL, E. e SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptando-se ao presente. *Revista de Jornalismo ESPM*, abril-junho 2013, p.30-89.

BARBERO, M. Uma aventura epistemológica. Entrevista a Maria Immacolata. *Revista Matrizes*, ano 2 v.2, 1 semestre 2009, p. 143-162.

BRUNS, A. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, v. 11, n. 2, 2014.

CASTELLS, M. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FIGARO, R; NONATO, C; KINOSHITA, J. Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais. *Anais do 40 Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Curitiba, 2017.

FRANCO, S; LEÃO, A. Mídiação: da disciplina ao controle, um horizonte de reflexão. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* (Unisinos) 18(3): 289-304 setembro/dezembro, 2016.

HEPP, Andreas; HJARVARD, Stig; LUNDBY, Knut. Mediatization: theorizing the interplay between media, culture and society. *Media, Culture & Society*, 2015, vol.37(2) p. 314-324.

KUNCZIC, M. *Conceitos de Jornalismo Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 2002.

NETO, F. Transformações do campo jornalístico na sociedade midiaticizada: as estratégias de celebração e consagração. In: MORAES, D. *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação de rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

PRADO, J; ANJOS, E. Arquiteturas de participação aplicadas ao crowdsourcing: sistematizando processos e práticas de apuração jornalísticas em ambientes digitais convergentes. *Libero – São Paulo – v.19, n38, p.143-152, jul/dez. de 2016*.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informações e Jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando (org.). *Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2009, p. 1-269.

SHOEMAKER, P. *et all*. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, vol 7, número 11, 2011, p119-140.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.